



FACULDADE DE MEDICINA
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**TRABALHO FINAL DO 6 ANO MÉDICO COM VISTA À ATRIBUIÇÃO DO GRAU DE
MESTRE NO ÂMBITO DO CICLO DE ESTUDOS DE MESTRADO INTEGRADO EM
MEDICINA**

JOSÉ MANUEL DOS SANTOS HENRIQUES

CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE MEDICINA LEGAL E PERICIAL

EM CABO VERDE

ARTIGO DE REVISÃO

ÁREA CIENTÍFICA DE MEDICINA LEGAL

TRABALHO REALIZADO SOB A ORIENTAÇÃO DE:

PROFESSOR DOUTOR DUARTE NUNO VIEIRA

PROFESSOR DOUTOR FRANCISCO CORTE REAL

ABRIL 2024

Criação de um Centro de Medicina Legal em Cabo Verde

.

Creation of a Forensic Medicine Center in Cape Verde.

Autor: José Manuel dos Santos Henriques

Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Coimbra. Portugal.

Endereço: Avenida Calouste Gulbenkian, Coimbra, Portugal.

Email: josh.uc.pt@gmail.com

Resumo:

O objetivo desta dissertação é o de conhecer o contexto, o desenvolvimento e os desafios da medicina forense em África e, mais concretamente, em Cabo Verde. O intuito é o de contribuir para uma abordagem à conceção e implementação de um Centro de Medicina Legal e Forense, para assim melhorar as ferramentas de investigação e caracterização de todos os tipos de crimes e acidentes e, muito particularmente, dos suicídios, da violência interpessoal e baseada no género e do abuso sexual.

O papel da medicina forense no sistema de justiça criminal é examinado, enfatizando a necessidade de conferir confiança nas provas forenses e, assim, concorrer para um sistema criminal mais justo e eficaz.

A formação e a educação melhoraram, mas as disparidades permanecem. As parcerias com países desenvolvidos e organizações internacionais são cruciais para colmatar esta lacuna. São necessários investimentos em infraestruturas, tecnologia avançada, financiamento e formação, para obtenção de quadros técnicos e profissionais qualificados.

A colaboração internacional e o desenvolvimento de capacidades são fundamentais para o avanço da medicina forense em África e, por consequência, em Cabo Verde. Foi observado que a Medicina Legal está numa fase básica de desenvolvimento, pelo que as contribuições de países mais experientes e avançados nesta área são consideradas úteis e essenciais.

Palavras-chave: Criminalidade, Suicídio, “Causas de Morte”, Serviços Médico Legais e Periciais, Cabo Verde

Abstract: The objective of this dissertation is to understand the context, development, and challenges of forensic medicine in Africa, specifically in Cape Verde. The aim is to contribute to an approach to the conception and implementation of an Institute of Legal and Forensic Medicine, thereby improving the tools for investigating and characterizing suicides, interpersonal and gender-based violence, sexual abuse, and all types of crimes and accidents. The role of forensic medicine in the criminal justice system is examined, emphasizing the need to guarantee confidence in forensic evidence and thus contribute to a fairer and more effective criminal system. Training and education have improved, but disparities remain. Partnerships with developed countries and international organizations are crucial to bridging this gap. Investments in infrastructure, advanced technology, funding, and training are needed to obtain qualified technical and professional personnel. International collaboration and ability to

construct are essential for the advancement of forensic medicine in Africa and consequently in Cape Verde. It has been observed that Legal Medicine is in a basic stage of development, so contributions from more experienced and advanced countries in this area are considered very useful and essential.

Keywords: Criminology, Suicide, Causes of Death, Legal and Forensic Medical Services, Cape Verde.

ÍNDICE

- I. Introdução
- II. A Realidade de Cabo Verde, no contexto de África
- III. Necessidades e Requisitos
- IV. Metodologia, Referências Estruturais e Gestão.
- V. Benefícios e Impacto
- VI. Desafios, Recomendações e possíveis Soluções.
- VII. Comparação Internacional
- VIII. Conclusão
- IX. Agradecimentos
- X. Referências Bibliográficas

I. INTRODUÇÃO

Cabo Verde é um país africano, membro da CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental e da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, encontrando-se inserido na região biogeográfica da Macaronesia (Ilhas da felicidade), que é constituída pelos arquipélagos da Madeira, Açores, Canárias e Cabo Verde.

Pese embora a “Felicidade” referida, e ter atingido na última década o nível de Desenvolvimento Médio, o 118º no IDH- Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, tem no Suicídio um fenómeno complexo e multifatorial, muitas vezes relacionado com questões de saúde mental, stress, isolamento, inadaptação social, problemas familiares, abuso de substâncias e outros fatores, que o tornou num problema objetivo de “Saúde Pública”, problema cada vez mais transversal e atingindo mais jovens.

Até janeiro de 2020 Cabo Verde era considerado um país com baixos índices de criminalidade, em comparação com muitas outras nações da sua região. No entanto, a situação estará a evoluir, sendo recomendável consultar fontes noticiosas locais ou governamentais mais recentes, para se obterem informações atualizadas sobre o contexto criminológico em Cabo Verde.

Em termos gerais, a criminalidade em Cabo Verde, quando ocorre, está muitas vezes relacionada com o tráfico de drogas, delitos contra a propriedade e violência no âmbito de disputas interpessoais. O governo cabo-verdiano tem historicamente implementado medidas para fortalecer a segurança e enfrentar desafios específicos. Além disso, é importante considerar fatores socio-económicos, como o desemprego, os expatriados e a pobreza, que podem influenciar indiretamente os níveis de criminalidade.

A abordagem integrada entre autoridades policiais, instituições judiciais e comunidades, é fundamental para enfrentar estes desafios e promover a segurança em Cabo Verde.

Cabo Verde não dispunha de Serviços Médico-Legais e Periciais, organizados e funcionais, até que, e através do Dec-Lei nº 47/2016, de 20 de setembro, alterado pelo Dec-Lei nº 32/2020, de 23 de março, foi formalmente criado o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P. (INMLCF IP) de Cabo Verde. Embora ainda não estabelecido em instalações funcionais e definitivas, e no âmbito da realidade apresentada, pretendemos sugerir a implementação dos serviços nesta área, a partir do conhecimento de diferentes realidades, aproveitando e maximizando os recursos e meios disponíveis.

Ao desempenhar estas funções, um Centro de ML não apenas vem melhorar a resolução de casos individuais, mas desempenharia também um papel vital na promoção da saúde, da

segurança, da justiça e do bem-estar geral da comunidade, contribuindo, assim, para o desenvolvimento e liberdade do país.

II. A REALIDADE DE CABO VERDE, NO CONTEXTO DE ÁFRICA

O Panorama da Medicina Forense em ÁFRICA

A medicina forense em África tem as suas raízes no colonialismo, com práticas iniciais influenciadas pelos sistemas europeus. Com o passar do tempo, as nações africanas procuraram desenvolver as suas próprias capacidades forenses, incorporando práticas tradicionais ao lado de técnicas mais modernas.

Curiosamente, foi em África, há 3.000 anos a.c., mais especificamente no Egipto, que terão surgido os primeiros registos relativos à preocupação de embalsamar, tratar, estudar e aprender com os cadáveres (“os cadáveres falam”).

Reconhecendo a importância da medicina forense, os países africanos promoveram um desenvolvimento significativo ao longo dos anos, embora continuem a enfrentar muitos desafios e dificuldades.

Aumentar o financiamento e a disponibilização de recursos às instalações forenses, melhorando a formação, a contratação de profissionais forenses e o reforço de parcerias com organizações internacionais, são algumas das principais estratégias que vêm sendo perseguidas.

A partilha de melhores práticas e a colaboração com os países mais desenvolvidos, podem acelerar ainda mais o progresso da medicina forense, em toda a África.

O desenvolvimento da medicina forense neste continente, é uma tarefa complexa, influenciada por fatores históricos, socioeconómicos e políticos.

África pode melhorar as suas práticas neste domínio e contribuir para o avanço global da justiça, da segurança, da Liberdade e do Estado de Direito.

A autonomia e a independência da medicina forense são também áreas cruciais de preocupação. Em muitos países, esta disciplina ainda é fortemente influenciada pela política e sistemas jurídicos, o que pode minar a sua real operacionalidade e objetividade. Para garantir a integridade das investigações forenses, é necessário estabelecer diretrizes e regulamentos claros que salvaguardem a independência das investigações forenses.

Através de iniciativas conjuntas de investigação, de programas de formação e do intercâmbio de melhores práticas, as nações africanas podem melhorar a sua capacidade forense.

Além disso, as parcerias com países desenvolvidos podem facilitar a transferência de conhecimentos e a partilha de recursos.

Podemos constatar casos de sucesso inspiradores de alguns países nesta matéria.

A África do Sul é um exemplo brilhante de um país que, em 1995, fez progressos significativos no estabelecimento de um sistema forense autónomo e independente, promovendo maior integridade e imparcialidade nas investigações forenses, garantindo a aplicação da justiça com maior credibilidade

No Quênia, a criação do Departamento de Química do Governo tem sido fundamental no avanço da investigação forense. O departamento opera de forma independente e é responsável pela realização de exames e análises científicas para agências de aplicação da lei.

O Gana fez progressos significativos no reforço da autonomia forense através da criação do Laboratório de Ciências Médicas (FSL) . O FSL opera de forma independente do Ministério da Justiça e fornece serviços especializados de análises forenses para apoiar os agentes responsáveis pela aplicação da lei.

A Nigéria também tomou medidas para melhorar a autonomia forense, através do estabelecimento do Centro Forense e de DNA do Estado, em setembro de 2017. A LSDFC opera de forma independente e tem sido fundamental no aproveitamento da serologia forense, das investigações da cena do crime e da tecnologia de ADN para resolver crimes e proporcionar justiça. Esta instalação forense autónoma não só melhorou, mas também contribuiu para a confiança geral do público no sistema de justiça criminal.

A criação do Gabinete Forense permitiu também uma história de sucesso na Tanzânia. Este Gabinete desempenhou um papel vital no desenvolvimento e avanço da ciência forense no país, fornecendo serviços forenses abrangentes, incluindo análise de ADN, toxicologia e antropologia forense.

Estas histórias de sucesso de vários países africanos vêm demonstrar que uma mudança positiva é possível, sendo fundamental reforçar a autonomia e a independência forenses.

Ao adotar as melhores práticas, implementar reformas jurídicas e estabelecer instituições forenses independentes, estes países fizeram progressos significativos no sentido de garantir justiça, integridade e credibilidade no campo da medicina forense. As suas realizações devem inspirar e motivar outras nações africanas a seguirem o exemplo e continuarem a trabalhar em prol de um sistema forense mais forte e mais autónomo.

O ensino e a formação em medicina forense em África enfrentam ainda desafios significativos, principalmente devido à falta de programas e de cursos especializados.

De acordo com um estudo recente, realizado pela Sociedade Africana de Medicina Forense (ASFM), mais de 70% dos países africanos enfrentam restrições significativas de recursos em medicina forense. Isto inclui financiamento limitado para equipamento, escassez de profissionais qualificados e de instalações laboratoriais. [6]

Estas conclusões destacam a necessidade urgente de maior investimento e apoio para melhorar a infraestrutura forense em África.

Dados da Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL) revelam que o tempo médio de resposta da análise de AND, nos países africanos, quando disponível, é significativamente mais longo do que nos países desenvolvidos, com atrasos de vários meses ou até anos. Esta realidade, em concreto, impacta negativamente as investigações nos casos criminais litigiosos, levando a processos judiciais prolongados e atrasos na justiça para as vítimas.

Um inquérito abrangente realizado pela Comissão da União Africana (CUA) concluiu que apenas 30% dos países africanos criaram laboratórios forenses equipados com tecnologia moderna. Esta falta de instalações e equipamentos adequados dificulta também a análise precisa das evidências, resultando em investigações comprometidas e taxas de condenação reduzidas.

Os dados sublinham a necessidade premente de melhorar as condições e infraestruturas, de modo a melhorar as capacidades da profissão forense em todo o continente.

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) informa que o rácio atual de profissionais forenses em relação à população em África é de aproximadamente 1 profissional forense por 1 milhão de pessoas. Esta disparidade estatística destaca a grave escassez de profissionais forenses qualificados na região.

Dados recentes da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam que apenas uma pequena fração dos países africanos possui um quadro forense nacional abrangente que abarca protocolos padronizados, medidas de garantia de qualidade e estruturas legais para evidências forenses. Esta falta de padronização coloca desafios em termos de evidências admitidas, responsabilidade, cooperação transfronteiriça e credibilidade geral das descobertas forenses. (OMS)

Estes números sublinham a necessidade urgente de aumento do investimento, infraestruturas melhoradas e práticas padronizadas, para mais rapidamente colmatarmos o fosso entre os países africanos e os seus homólogos dos países desenvolvidos. [5]

A existência destes equipamentos, está quase sempre relacionada com o desenvolvimento do sistema de justiça e saúde em cada país. Algumas nações podem ter avançado na criação e manutenção de centros de medicina legal para apoiar investigações criminais, identificação de vítimas e procedimentos judiciais, enquanto outros podem enfrentar limitações financeiras, infraestruturais ou regulatórias.

Cabo Verde sofre de uma forma geral, em maior ou menor grau, das carências previamente elencadas.

Era considerado um país com baixos índices de criminalidade em comparação com muitas outras nações da África. No entanto, a situação pode ter-se alterado, e é recomendável atualizar os dados de notícias locais ou fontes governamentais mais recentes para obtermos informações atualizadas sobre o contexto criminológico em Cabo Verde.

Ao nível dos serviços médico-legais e num país formado por nove ilhas, a resposta a todas as necessidades, era até hoje assegurado por 2 ou 3 médicos forenses, formados no INML de Coimbra.

Com a colaboração, parceria e apoio a vários níveis do INML de Portugal, a aprovação dos Estatutos para o Estabelecimento do INMLF de CV, pelo Decreto-Regulamentar nº 39/2022 de 12 de Julho e publicados no BO (Boletim Oficial) nº 68 de 12 Julho de 2023, com um horizonte de 10 anos, até à total implementação, foi um passo decisivo para finalmente Cabo Verde avançar para a criação e implementação de serviços organizados e credíveis nesta área.

Segundo a doutora Vaz Cabral, "na atualidade, em Cabo Verde, estão mais focados nos vivos do que nos mortos]", pois estão somente a trabalhar em Clínica Forense, avaliações psicológicas e físicas a pedido da policia judiciária, na maioria vitimas de abuso sexual, violência baseada no género, agressões físicas, (Psicologia e Psiquiatria Forense) e acidentes no trabalho e outros. Dispõem de Genética Forense,e assim mesmo com o apoio exterior, (fundamentalmente para provas de paternidade, identificação de agressores num crime).

Todavia existe a necessidade de criar as outras valências relacionadas com análises de cadáveres como Entomologia Forense, Tanatologia e Anatomia Patológica.

Em termos gerais, a criminalidade em Cabo Verde, quando ocorre, muitas vezes está relacionada com questões como o tráfico de drogas, delitos contra a propriedade e crimes relacionados a conflitos interpessoais. O governo cabo-verdiano tem implementado medidas para fortalecer a segurança e enfrentar desafios específicos.

Além disso, é importante considerar fatores sócio económicos, como o desemprego e a pobreza, que podem influenciar indiretamente os níveis de criminalidade. A abordagem integrada entre autoridades policiais, instituições judiciais e comunidades é fundamental para afrontar os desafios ao nível da criminalidade e promover a segurança em Cabo Verde, tendo em conta que cresceu nos últimos 3 anos, 72%, segundo fontes estatísticas do país.

A violência baseada no género, abusos sexuais e agressões físicas, e o pequeno roubo, são os crimes que estão a acontecer com maior frequência na atualidade.

Existe assim, uma clara e objetiva premência na implementação deste Centro de Medicina Legal e Pericial em Cabo Verde, equipamento essencial, pelas seguintes razões:

1. Investigação de Crimes: Facilita a investigação de crimes, fornecendo exames forenses e análises que auxiliam na identificação de causas de morte e na colheita de evidências.
2. Justiça e Resolução de Casos: Contribui para o sistema de justiça, fornecendo laudos médico-legais que podem ser cruciais para esclarecer casos e auxiliar na condenação ou absolvição de suspeitos.
3. Identificação de Vítimas: Ajuda na identificação de vítimas de acidentes, desastres naturais ou eventos trágicos, proporcionando respostas rápidas às famílias e às autoridades.
4. Prevenção de Doenças e Epidemias: Permite a identificação de causas de morte relacionadas a doenças contagiosas, contribuindo com medidas preventivas e controle de epidemias.
5. Capacidade Técnica e Científica: Eleva a capacidade técnica e científica do país, promovendo o desenvolvimento de profissionais especializados e contribuindo para a formação de recursos humanos qualificados.
6. Transparência e Credibilidade: A existência de um centro de medicina legal aumenta a

transparência e credibilidade do sistema judicial, garantindo procedimentos confiáveis em questões relacionadas à medicina legal.

7. Atendimento a Demandas Locais: Atende às demandas locais, proporcionando respostas rápidas e precisas a questões médico-legais específicas da população cabo-verdiana.

8. Cooperação Internacional: Facilita a cooperação internacional em investigações transfronteiriças, uma vez que um centro de medicina legal bem estabelecido, pode colaborar com outras instituições semelhantes em diferentes países.

Em resumo, um Centro de Medicina legal fortalece as bases da justiça e da saúde, promovendo a segurança, a prevenção e o bem-estar da população, além de contribuir para o desenvolvimento científico e técnico do país, a par do reforço da liberdade e da Democracia.

Benefícios de um Centro de ML e Forense para a comunidade e para Cabo Verde:

Um Centro de ML pode beneficiar a comunidade de diversas formas:

1. Esclarecimento de Causas de Morte
2. Apoio à Investigação Criminal
3. Identificação de Desaparecidos:
4. Promoção da Saúde Pública
5. Formação e Educação
6. Consciencialização sobre a Importância da Evidência
7. Apoio a Vítimas de Crimes
8. Colaboração com Outras Instituições
9. Redução da Impunidade
10. Prevenção de Doenças e Lesões.

II. NECESSIDADES E REQUISITOS

Ante a necessidade da criação de Centro de Medicina Legal (CML), para a sua implementação na cidade capital da Praia, Cabo Verde, devemos atender aos seguintes requisitos:

1. Estudo de Viabilidade:

- Realizar uma análise detalhada da necessidade local de serviços de medicina legal.
- Avaliar a disponibilidade de recursos humanos e financeiros.

Para realizar um estudo de viabilidade para a criação de um centro de medicina legal em Praia, Cabo Verde, há que seguir estes passos:

- a). **Objetivos do estudo:** Definir claramente os objetivos do centro de medicina legal e como ele se alinha com as necessidades da comunidade.
- b). **Analisar a demanda:** Investigar a demanda atual e projetada de serviços de medicina legal na região. Examinar estatísticas de casos forenses, relatórios policiais e outros dados relevantes.
- c). **Analisar a concorrência:** Identificar outros centros de medicina legal ou serviços semelhantes na área. Avaliar suas capacidades, pontos fortes e fracos.
- d). **Recursos Humanos:** Estudar a disponibilidade de profissionais especializados em medicina legal. Determinar a necessidade de formação adicional ou contratação de pessoal qualificado.
- e). **Infraestrutura e Equipamentos:** Analisar a disponibilidade de instalações adequadas e equipamentos necessários. Estimar os custos associados à construção ou adaptação de instalações e à aquisição de equipamentos.
- f). **Quadro Legal e Regulatório:** Pesquisar as regulamentações e requisitos legais do país, para estabelecer um centro de medicina legal. Certificar-se de cumprir os padrões éticos e legais na prática forense.
- g). **Estudo Financeiro:** Fazer projeções financeiras considerando receitas, despesas e possíveis fontes de financiamento.
- h). **Análise de Riscos:** Identificar possíveis obstáculos e riscos que possam afetar a viabilidade do centro. Fornecer estratégias para mitigar ou superar esses desafios.
- i). **Impacto Social e Comunitário:** Avaliar como o centro beneficiará a comunidade local em termos de saúde pública, justiça e segurança.

j). Relatório Executivo: Compilar as descobertas em um relatório executivo claro e conciso. Apresentar recomendações com base na análise e conclusões obtidas.

A colaboração com especialistas em medicina legal, instituições governamentais e partes interessadas locais, é crucial para obter dados precisos e apoio durante o processo de estudo de viabilidade.

2. Infraestrutura:

É essencial envolver arquitetos, engenheiros e profissionais de saúde na concepção dos espaços, levando em conta normativas locais, regulamentos de construção e as necessidades específicas da população em questão. Essas diretrizes são apenas uma referência inicial e devem ser adaptadas conforme a situação real.

Identificar um local adequado para o centro com espaços para escritórios, salas de autópsia e laboratórios forenses.

Garantir que as instalações atendam aos padrões técnicos de segurança e saúde.

A Infraestrutura e Tecnologia necessárias para um centro de medicina legal em Praia, Cabo Verde, incluiriam:

a). Edifício Especializado: Espaço projetado para abrigar escritórios administrativos, salas de autópsia, laboratórios forenses e áreas de armazenamento seguro de evidências.

b). Salas de Autópsia: Equipadas com mesas de autópsia e sistemas de extração de gases para garantir um ambiente seguro e eficiente.

c). Laboratórios Forenses: Áreas dedicadas para a análise de amostras biológicas, toxicológicas e outros estudos forenses.

• Equipamentos como microscópios, espectrofotômetros e equipamentos de análise de DNA.

d). Escritórios Administrativos: Espaços para a gestão de casos, arquivo de documentos e coordenação administrativa.

e). Áreas de Recepção e Espera: Para o tratamento respeitoso e privado de famílias e pessoas envolvidas em casos forenses.

Dimensões dos espaços Físicos

Determinar as dimensões exatas de cada área de um centro de medicina legal em Cabo Verde depende de diversos fatores, como a demanda esperada, a extensão dos serviços oferecidos e as normativas locais. No entanto, podemos fornecer diretrizes gerais com base nas melhores práticas para instalações dessa natureza:

Salas de Autópsia:

1. Número de Salas: Pelo menos duas salas de autópsia para lidar com casos simultâneos.
2. Dimensões: Cada sala deve ter aproximadamente 30 a 40 m² para garantir espaço adequado para os procedimentos e circulação da equipe.

Laboratórios Forenses:

1. Laboratório Geral: Um laboratório central com cerca de 50 a 70 m², equipado com bancadas de trabalho, equipamentos de análise e espaço para armazenamento.
2. Áreas Específicas: Espaços adicionais específicos para análises toxicológicas, análises de DNA, e outros procedimentos forenses, com dimensões variadas conforme a necessidade específica de cada área.

Área de Colheita de Evidências:

1. Espaço Central: Uma área central para a colheita de evidências, com cerca de 20 a 30 m².
2. Salas de Armazenamento: Salas de armazenamento seguro, proporcionando espaço para a preservação adequada das evidências.

Sala de Conferências e Treinamento: Dimensões: Uma sala de 50 a 60 metros quadrados para acomodar reuniões, treinamentos e eventos educativos.

Escritórios Administrativos: Espaço Central: Uma área central para escritórios administrativos, com cerca de 40 a 60 m².

Arquivos e Sistemas de Informação:

1. Área de Arquivos: Um espaço para arquivamento seguro de registros médicos, relatórios e documentos, com dimensões variadas dependendo da escala do centro.

Áreas de Descanso e Apoio aos Funcionários:

1. Refeitório: Um refeitório com aproximadamente 30 a 40 m² para refeições e descanso dos funcionários.

2. Área de Descanso: Uma área de descanso confortável e espaçosa, com cerca de 30 m2.

Outros Espaços:

1. Sala de Controle e Monitoramento: Um espaço para o controle e monitoramento de segurança, com dimensões variadas conforme as necessidades.

2. Salas de Reuniões e Consultórios: Salas de reuniões e consultórios com dimensões adequadas para interações com familiares das vítimas, autoridades e outros profissionais.

3. Equipamentos e Tecnologia:

A escolha da tecnologia e da infraestrutura deve ser baseada em padrões internacionais, considerando a eficiência operacional, a confidencialidade e o cumprimento de normas existentes.

- Adquirir equipamentos forenses, como mesas de autópsia, microscópios, câmeras forenses e software especializado.

- Implementar tecnologia para a gestão eficiente de dados e arquivos.

a) Sistemas de Informação Forense: Plataformas informáticas para a gestão de casos, rastreamento de evidências e geração de relatórios.

b) Software de Reconstrução Forense: Ferramentas para a reconstrução de cenas de crime e simulações forenses.

c) Sistemas de Arquivo Digital: Armazenamento seguro e organizado de dados digitais e documentos relacionados a casos.

d) Equipamentos de Imagiologia: Radiografias e equipamentos de digitalização para examinar e documentar evidências sem danificá-las.

e) Sistema de Segurança: Vigilância por câmeras de segurança para proteger as instalações e garantir a integridade das evidências.

f) Conectividade e Redes: Infraestrutura de rede robusta para facilitar a comunicação interna e externa, assim como a troca de dados.

g) Sistemas de Backup e Recuperação: Implementar medidas para fazer backup e recuperar dados críticos em caso de falhas técnicas.

h) Tecnologia Forense Móvel: Equipamentos móveis para a coleta de dados no local dos fatos, especialmente úteis em investigações de campo.

Equipamentos e consumíveis:

O funcionamento eficaz de um centro de medicina legal em Cabo Verde requer uma variedade de equipamentos, utensílios, ferramentas e consumíveis para realizar procedimentos médico-legais, análises laboratoriais e manter a eficiência operacional. Aqui está uma lista geral de itens **necessários**:

Equipamentos e Ferramentas para Autópsia:

a) Mesas de Autópsia: Mesas projetadas para autópsias com superfície inclinável, drenagem eficiente e capacidade de movimentação vertical.

b) Instrumentos para Autópsia: Conjunto completo de instrumentos cirúrgicos forenses, incluindo bisturis, tesouras, serras ósseas, entre outros.

c) Autopsia Saw: Serra específica para procedimentos de autópsia, utilizada para cortar ossos.

d) Estações de Exame de Cadáveres: Estações de exame equipadas com iluminação adequada e lupa para detalhamento preciso.

e) Equipamento de Raios-X: Para a realização de radiografias forenses em casos específicos.

Para o Laboratório Forense:

a) Microscópios: Microscópios ópticos e digitais para análise de amostras biológicas e patológicas.

b) Equipamento de Análise de DNA: PCR (Reação em Cadeia da Polimerase), sequenciadores de DNA e outros equipamentos para análise de material genético.

c) Câmaras de Fluxo Laminar: Para manuseio seguro de amostras e prevenção de contaminação em análises laboratoriais.

Para a Colheita de Evidências:

a) Kits de Colheita de Evidências: Contendo materiais para colheita de amostras biológicas, como Swans, envelopes forenses, e embalagens seguras.

b) Equipamento de Fotografia Forense: Câmaras digitais de alta resolução, iluminação adequada e acessórios para documentação fotográfica.

Outras Ferramentas e Utensílios Gerais:

a) Equipamento de Autoclave: Para esterilização de instrumentos e materiais.

b) Equipamentos de Ventilação e Exaustão: Garantindo a qualidade do ar nas áreas de autópsia e laboratórios.

c) Sistemas de Refrigeração: Para o armazenamento adequado de amostras biológicas e substâncias.

Consumíveis Gerais:

a) Roupas de Proteção Descartáveis: Para a equipe durante procedimentos de autópsia e análises laboratoriais.

b) Luvas, Máscaras e Óculos de Proteção: Equipamentos de proteção individual essenciais.

c) Produtos Químicos e Reagentes: Substâncias químicas necessárias para análises laboratoriais.

d) Materiais de Limpeza: Desinfetantes, detergente e outros materiais para manter a higiene nas instalações.

e) Material de Escritório: Papelaria e suprimentos administrativos para manter registros e documentação.

É crucial adaptar essa lista às necessidades específicas do centro de medicina legal, levando em conta as condições locais, o volume de casos esperado e as regulamentações pertinentes. Consultar especialistas e garantir conformidade com padrões culturais, éticos e legais, é fundamental.

4. RH: Técnicos e Pessoal Especializado:

- Contratar médicos forenses, patologistas, técnicos forenses e pessoal administrativo.
- Fornecer formação contínua para manter altos padrões de prática.

Pessoal especializado e processo de seleção

O processo de seleção e formação de funcionários e técnicos para um centro de medicina legal em Cabo Verde deve ser cuidadosamente planejado para garantir a qualidade dos serviços oferecidos. Aqui está um guia geral para esse processo:

a) Anúncio de Vagas: Publicar anúncios de vagas em meios locais, nacionais e online. Especificar os requisitos necessários, como formação acadêmica, experiência profissional e habilidades específicas.

b) Avaliação de Currículos: Analisar currículos para avaliar qualificações e experiências relevantes. Selecionar candidatos que atendam aos requisitos mínimos.

c) Entrevistas: Realizar entrevistas para avaliar habilidades técnicas, ética profissional, comunicação e adequação à cultura organizacional. Incluir perguntas específicas sobre procedimentos forenses e ética médica.

d) Avaliações Práticas: Conduzir avaliações práticas para candidatos a técnicos, destacando suas habilidades em procedimentos forenses e análises laboratoriais.

e) Verificação de Referências: Verificar referências profissionais para validar a experiência e desempenho anteriores dos candidatos.

Processo de Formação:

a) Orientação Institucional: Oferecer uma orientação institucional abrangente, apresentando a missão, visão e políticas do centro de medicina legal.

b) Curso de Formação Básica: Desenvolver um curso de formação básica abrangendo anatomia, patologia, ética profissional, colheita de evidências e procedimentos forenses.

c) Treinamento Prático: Proporcionar treinamento prático em autópsias, análises toxicológicas, uso de equipamentos e tecnologias forenses. Supervisionar a prática em situações reais, se possível.

d) Treinamento em Comunicação: Incluir treinamento em habilidades de comunicação para interagir com colegas, autoridades e familiares das vítimas de maneira sensível.

e) Atualização Contínua: Estabelecer programas de educação continuada para manter a equipe atualizada com avanços na medicina legal e ciências forenses.

f) Simulações e Estudos de Caso: Realizar simulações e estudos de caso para preparar a equipe para situações práticas e desafios específicos que possam surgir.

g) Acompanhamento e Avaliação: Designar mentores para fornecer orientação contínua. Avaliar regularmente o desempenho da equipe e identificar áreas para melhoria.

Adaptar esse modelo à realidade específica de Cabo Verde, considerando aspectos culturais e regulatórios, é crucial para garantir a eficácia do processo de seleção e formação.

PERFIL DOS FUNCIONARIOS

O perfil dos técnicos e funcionários de um centro de medicina legal em Cabo Verde deve abranger diversos aspetos com, técnicas, éticos e interpessoais. Aqui estão características-chave para diferentes papéis:

Médico Legista:

a) Formação Acadêmica: Graduação em Medicina, com especialização em Medicina Legal ou Patologia Forense.

b) Experiência: Experiência prévia em autópsias e investigações forenses é desejável.

c) Habilidades Técnicas: Competência em procedimentos autópsicos e em clínica forense, análises toxicológicas e interpretação de lesões. Conhecimento em tecnologias forenses modernas.

d) Ética Profissional: Alta integridade ética, imparcialidade e confidencialidade. Habilidade em testemunhar em tribunais de maneira clara e objetiva.

Técnicos Forenses:

a) Formação Acadêmica: Formação em Ciências Forenses, Biologia, Enfermagem ou campos relacionados.

b) Experiência: Experiência em coleta de evidências e análises laboratoriais é preferencial.

c) Habilidades Técnicas: Conhecimento prático em técnicas de colheita de evidências. Competência em procedimentos laboratoriais forenses.

d) Comunicação: Boas habilidades de comunicação para interagir com colegas e outras partes interessadas.

Pessoal Administrativo:

- a) Formação Acadêmica: Formação em Administração, Gestão de Saúde ou áreas relacionadas.
- b) Habilidades Administrativas: Competência em gestão de agendas, arquivamento e organização administrativa. Conhecimento em sistemas de informação e software de gestão.
- c) Ética Profissional: Respeito pela confidencialidade e sensibilidade das questões tratadas no centro.

Equipa de Suporte:

- a) Habilidades Técnicas: Habilidades técnicas específicas, como manuseio de equipamentos e manutenção de instalações.
- b) Colaboração: Capacidade de trabalhar efetivamente em equipe e seguir instruções.
- c) Ética Profissional: Compromisso com padrões éticos e de segurança no ambiente de trabalho.

Considerações Gerais:

- a) Culturalmente Sensível: Consciência e respeito pela diversidade cultural, considerando as especificidades de Cabo Verde.
- b) Ética e Integridade: Forte ética profissional, integridade e imparcialidade em todas as interações.
- c) Capacidade de Lidar com stress: Capacidade de lidar com situações estressantes e emotivas, mantendo a objetividade.

Ao formar uma equipa diversificada com essas habilidades e atributos, o centro de medicina legal estará bem posicionado para fornecer serviços de qualidade em Cabo Verde.

5. Colaboração Institucional:

- Estabelecer parcerias com órgãos governamentais, forças de segurança e outras entidades relacionadas.
- Coordenar com hospitais e serviços de emergência para uma resposta eficaz.

6. Normativas Legais e Éticas:

- Garantir o cumprimento de todas as normas legais e éticas relacionadas à medicina legal.

- Estabelecer protocolos claros para o manuseio de evidências e a privacidade das informações.

7. Conscientização Comunitária:

- Realizar campanhas de conscientização para informar a comunidade sobre os serviços disponíveis e sua importância.
- Fomentar a confiança pública no centro.

8. Financiamento:

- Estabelecer um orçamento sólido que cubra os gastos operacionais e o investimento inicial.
- Garantir fontes de financiamento, seja governamental, doações ou parcerias público-privadas com outras instituições.

Ao desempenhar estas funções, um Centro de ML não apenas melhora a resolução de casos individuais, mas também desempenha um papel vital na promoção da segurança, justiça e bem-estar geral da comunidade, e assim contribuir para o desenvolvimento e liberdade de um país.[5]

IV. METODOLOGIA, REFERÊNCIAS ESTRUTURAIS E GESTÃO.

O modelo de estruturação dos serviços médicos forenses deve basear-se, ainda, na total autonomia e independência técnico-investigativo, como na maioria dos países, tendo como referente Portugal, país ao que Cabo Verde solicitou colaboração, formação e indicações e ajuda.

Em Portugal, o INMLCF I.P., através do Decreto-Lei nº 166/2012, de 31 de julho, tem definidas a sua missão e atribuições. Mais tarde, com a publicação da Portaria nº 19/2013, de 21 de janeiro, foi determinada a organização interna e os respetivos Estatutos.

O INMLCF I.P., tem o estatuto jurídico de instituto público, funcionando sob a administração indireta do governo, ou seja, tutelado pelo Ministro da Justiça, gozando de autonomia administrativa e financeira.

Na atualidade, os seus serviços centrais em Portugal, estão organizados nas seguintes unidades orgânicas:

- a) Departamento de Administração Central.
- b) Departamento de Investigação, Formação e Documentação.

- c) Serviço de Genética e Biologia Forense.
- d) Serviço de Química e Toxicologia Forense.
- e) Serviço de Tecnologias Forenses e Criminalística.

(Coincidentemente, o INMLCF I.P. de Cabo Verde, disporá destes mesmos serviços desconcentrados, de acordo com o Decreto-Regulamentar nº 39/2022 de 12 de julho)

O INMLCF I.P., dispõe de serviços desconcentrados (Serviços de Clínica e Patologia Forenses), nas suas Delegações do Norte, Centro e Sul, que no caso de Cabo Verde, poderão ser instaurados nas suas oito ilhas habitadas.

Para o cumprimento da sua missão e atribuições, o INMLCF I.P., dispõe ainda, para além dos referidos serviços, Gabinetes Médico-Legais e Forenses.

Os Órgãos integrantes do INMLCF I.P. de Portugal e Cabo Verde, são igualmente coincidentes na sua designação e composição :

- a) Conselho Diretivo
- b) Conselho Médico-Legal
- c) Comissão de Ética
- d) Fiscal Único

Tomando em conta estes referentes para a criação da estrutura, funcionamento e gestão do Centro de Medicina Legal projetado para Cabo Verde devem ser estruturados para garantir eficiência operacional, qualidade nos serviços e conformidade ética. Aqui está um modelo geral para orientar esse processo:

1. Estrutura Organizacional: Estabelecer uma estrutura organizacional clara, incluindo departamentos para autópsias, para exames de clínica forense, análises laboratoriais, administração e formação.
2. Liderança: Nomear uma equipe de liderança experiente, incluindo um diretor médico, peritos forenses, administradores e coordenadores de departamentos.
3. Recursos Humanos: Contratar profissionais qualificados, incluindo médicos legistas, técnicos forenses, pessoal administrativo e de suporte. Implemente programas de treinamento contínuo para manter a equipe atualizada.

4. Instalações e Equipamentos: Garantir instalações modernas, incluindo salas de autópsia, laboratórios forenses e espaços administrativos. Manter equipamentos de última geração para análises e exames forenses.

5. Procedimentos Operacionais Padrão (POPs): Desenvolver e implementar POPs abrangentes para autópsias, coleta de evidências, análises toxicológicas e outros procedimentos forenses. Garantir que todos os processos estejam em conformidade com padrões éticos e legais.

6. Tecnologia da Informação: Adotar sistemas informatizados para gestão de casos, registros médicos e análises forenses. Garantir a segurança e confidencialidade dos dados.

7. Cooperação Interinstitucional: Estabelecer parcerias eficazes com instituições policiais, judiciais e de saúde para promover uma colaboração eficiente. Coordene esforços para uma resposta integrada em investigações complexas.

8. Atendimento ao Público: Desenvolver protocolos para um atendimento sensível às necessidades das famílias das vítimas. Proporcionar informações claras sobre procedimentos e prazos.

9. Gestão Financeira: Elaboração de orçamentos realistas considerando custos operacionais, salários e investimentos em infraestrutura e tecnologia. Assegurar a transparência na gestão financeira.

10. Acreditação e Certificações: Promoção de credenciações e certificações nacionais e internacionais para garantir a qualidade e a credibilidade dos serviços prestados.

11. Educação Pública: Implementar programas de educação pública sobre a importância da medicina legal e a função do centro na comunidade.

12. Avaliação Contínua: Realizar avaliações periódicas para medir a eficácia operacional, identificar áreas de melhoria e garantir a conformidade com regulamentações.

Ao adaptar esse modelo às necessidades específicas de Cabo Verde, é essencial considerar aspectos culturais, legais e geográficos (arquipélago ilhas) e logísticos para garantir o sucesso do centro de medicina legal.

V. BENEFÍCIOS E IMPACTO.

Quando os cidadãos estão conscientes das capacidades da medicina forense na identificação e ligação dos perpetradores aos crimes, imediatamente cria-se uma mensagem poderosa de que o crime não ficará impune. Isto pode funcionar como um elemento dissuasor e assim contribuir para a redução das atividades criminosas no país. Para além, disso um centro de medicina legal pode beneficiar a comunidade de diversas maneiras:

1. **Esclarecimento de Causas de Morte:** Contribui para determinar as causas de morte de maneira precisa e objetiva, fornecendo respostas às famílias e contribuindo para a compreensão da saúde pública.
2. **Apoio à Investigação Criminal:** Colabora com as autoridades na investigação de crimes, fornecendo análises forenses que podem ser cruciais para a resolução de casos e a promoção da justiça.
3. **Identificação de Desaparecidos:** Auxilia na identificação de pessoas desaparecidas por meio de exames de DNA e outras técnicas, proporcionando alívio às famílias e encerramento a casos de longa data.
4. **Promoção da Saúde Pública:** Contribui para o monitoramento de doenças e condições de saúde pública, identificando padrões epidemiológicos e apoiando a implementação de medidas preventivas.
5. **Formação e Educação:** Oferece oportunidades de formação para profissionais de saúde e segurança, promovendo o desenvolvimento de habilidades especializadas na área forense.
6. **Conscientização sobre a Importância da Evidência:** Educa a comunidade sobre a importância da preservação de evidências em casos de investigação, promovendo a cooperação pública nas questões de segurança.
7. **Apoio a Vítimas de Crimes:** Oferece suporte e serviços especializados às vítimas de crimes, ajudando na superação de traumas e facilitando o processo judicial.
8. **Colaboração com Outras Instituições:** Colabora com hospitais, forças de segurança e agências governamentais para promover uma abordagem integrada e eficaz na prestação de serviços relacionados à medicina legal.

9. Redução da Impunidade: Fortalece o sistema de justiça ao fornecer informações científicas confiáveis, contribuindo para a redução da impunidade e o fortalecimento do Estado de Direito.

10. Prevenção de Doenças e Lesões: Participa na prevenção de crimes e acidentes, identificando padrões que podem levar a iniciativas de prevenção eficazes.

Ao desempenhar esses papéis, um centro de medicina legal não apenas melhora a resolução de casos individuais, mas também desempenha um papel vital na promoção da segurança, justiça e bem-estar geral da comunidade.

VI. DESAFIOS RECOMENDAÇÕES E POSSÍVEIS SOLUÇÕES

Existindo disponibilidade para implementação de determinadas recomendações, os países africanos podem atingir um reconhecido avanço dos seus sistemas de medicina forense, e assim, reduzir o fosso em relação aos países mais desenvolvidos, contribuindo para resultados mais eficazes na aplicação da justiça penal.

Para afrontar os desafios e promover os avanços nesta área, propomos algumas recomendações:

1. Investir em infraestruturas e recursos.
2. Padronizar protocolos e diretrizes
3. Expandir os programas de educação e formação
4. Melhorar a colaboração e as parcerias internacionais
5. Reforçar os quadros jurídicos e regulamentares
6. Promover a autonomia e independência forense
7. Melhorar a colaboração interdisciplinar
8. Apoiar a investigação e o desenvolvimento
9. Formação contínua
10. Aumentar o envolvimento e a sensibilização do público

Considerações éticas e dilemas enfrentados pelos profissionais

A medicina forense em África, como qualquer outro campo, não está isenta de considerações e dilemas éticos. É crucial explorar estas considerações para enfatizar a importância de manter padrões éticos na prática da medicina forense. A ética desempenha um papel significativo na manutenção da integridade e na garantia da justiça.

Aqui estão algumas considerações éticas importantes:

a) **Confidencialidade:** os profissionais forenses devem manter estritas as informações e provas relacionadas à investigação criminal.

Proteger a privacidade e os direitos dos indivíduos envolvidos numa investigação é essencial para manter a confiança e garantir a justiça no sistema judicial.

b) **Imparcialidade e objetividade:** os peritos forenses têm a responsabilidade de permanecer imparciais e objetivos na sua análise e interpretação das provas forenses. Eles não devem ser influenciados por preconceitos pessoais ou pressões externas para garantir justiça e precisão nas suas conclusões.

c) **Consentimento e participação voluntária:** Nos exames forenses, os profissionais devem obter o consentimento informado dos indivíduos envolvidos, garantindo que eles compreendam o propósito, os procedimentos e as possíveis implicações do exame. A participação voluntária deve ser priorizada, respeitando simultaneamente a autonomia e a dignidade dos indivíduos.

d) **Respeito pelas crenças culturais e religiosas:** As crenças culturais e religiosas devem ser respeitadas na realização de exames forenses e no manuseamento de restos mortais humanos. A sensibilidade às práticas culturais, ritos funerários e costumes religiosos é crucial para manter a dignidade e o respeito pelos falecidos e suas famílias.

e) **Integridade e profissionalismo:** Os profissionais forenses devem aderir a elevados padrões de conhecimento profissional.

f) **Educação continuada e pesquisa:** Os profissionais têm o dever ético de se envolver em educação e pesquisa contínuas para se manterem atualizados com os mais recentes avanços, técnicas e diretrizes éticas.

Cabo Verde, é um país insular localizado no Oceano Atlântico médio, constituído por dez ilhas vulcânicas com uma área de terra combinada de cerca de 4 033 km², sendo a capital Praia, localizada na ilha de Santiago. As ilhas de Cabo Verde fazem parte da eco região da Macaronésia, juntamente com os Açores as Ilhas Canárias e a Madeira.

Ao estabelecer a sede do Centro de Medicina Legal e Forense na capital, é necessário contemplar a necessidade de existência de unidades de avaliação clínica, psicológica e psiquiátrica em todas as ilhas, assim como salas de autópsia, bem como a infra-estrutura necessária para correcta colheita e transporte das amostras, ou das vítimas que necessitam avaliação específica, para a central da Praia.

Para superar estes obstáculos geográficos próprios de um arquipélago, poder-se-à considerar algumas estratégias específicas, como:

1. Estabelecer pontos de acesso médico em diferentes ilhas do arquipélago para facilitar o acesso aos serviços forenses, equipados convenientemente, com médios físicos e profissionais clínicos.
2. Implementar um sistema de transporte eficiente, como barcos ou helicópteros, para transportar pessoal e equipamento os entre as ilhas, ou fazer parcerias que facilitem respostas rápidas e eficazes de transporte.
3. Utilizar tecnologias de comunicação remotas, como a telemedicina, para realizar consultas e análises à distância.
4. Capacitar o pessoal local em técnicas básicas de primeiros socorros e colheita de evidências forenses para melhorar a resposta a emergências.
5. Colaborar estreitamente com as autoridades locais e outros serviços médicos para coordenar ações em caso de desastres naturais ou outras emergências.

VII. COMPARAÇÃO INTERNACIONAL

Ao realizar uma análise comparativa sobre o avanço e o panorama existente da medicina forense em África, com os países mais desenvolvidos, constatamos que :

Em primeiro lugar, estes países são conhecidos pelos seus avanços significativos na medicina forense, com sistemas e instituições bem estabelecidos.

Em segundo lugar, representam diferentes regiões e continentes, proporcionando uma perspectiva diversificada sobre o assunto.

Terceiro, estes países foram extensivamente pesquisados e estudados no campo da medicina forense, permitindo uma análise comparativa abrangente.

Comparações com países desenvolvidos

A medicina forense é um campo estratégico que desempenha um papel significativo no sistema de justiça e na investigação de crimes. Abrange diversas disciplinas científicas que fornecem evidências e análises objetivas em processos judiciais. Embora a medicina forense tenha feito progressos notáveis a nível mundial, é importante examinar os progressos específicos alcançados e compará-lo com as realizações dos países desenvolvidos.

Em África tem demonstrado um crescimento louvável nos últimos anos. Vários países criaram laboratórios e institutos forenses dedicados à investigação e análise forense. Estas instalações contribuíram significativamente para o exame de cenas de crimes, identificando recolha de restos mortais humanos e análise de provas como amostras de ADN, impressões digitais e balística. A integração de tecnologias e metodologias modernas aumentou a eficiência e a precisão das investigações forenses em África.

No entanto, é essencial reconhecer os desafios enfrentados pela medicina forense em África. Recursos limitados, incluindo restrições financeiras e uma escassez de profissionais forenses bem treinados, podem impedir a plena realização do seu potencial. A falta de protocolos e procedimentos padronizados em diferentes nações africanas também representa um obstáculo para garantir consistência e confiabilidade na análise forense. O relacionamento e a partilha de conhecimentos entre países podem desempenhar um papel crucial na resposta a estes desafios e na promoção de uma infraestrutura de medicina forense mais robusta.

A disponibilidade de laboratórios de última geração, tecnologias forenses de ponta e instituições académicas forenses bem estabelecidas proporcionam aos países desenvolvidos uma vantagem em Ciência Forense, Medicina e Patologia. Além disso, muitas vezes os países desenvolvidos têm bases de dados forenses dedicadas e extensas redes para troca de informações, permitindo aos investigadores partilhar e aceder eficientemente a dados críticos. Estes fatores contribuem para uma análise forense mais rápida e precisa, ajudando assim a aplicação da lei. Protocolos e diretrizes padronizados são vitais para garantir consistência e precisão nas investigações forenses. [8]

No entanto, é crucial reconhecer que África também fez progressos significativos no domínio da medicina forense, apesar dos desafios que enfrenta. Muitos países africanos

iniciaram colaborações com nações desenvolvidas, beneficiando da transferência de conhecimentos, programas de formação e iniciativas de capacitação. Estas parcerias são vitais para colmatar a lacuna e facilitar o intercâmbio de conhecimentos e recursos.

O desenvolvimento da medicina forense em África revelou progressos promissores, mas ainda há trabalho a fazer para alcançar a paridade com as nações desenvolvidas. Ao abordar os desafios existentes e promover a colaboração entre os países africanos e os seus homólogos desenvolvidos, o campo da medicina forense pode continuar a evoluir e fornecer um apoio inestimável ao sistema judicial. Investimento contínuo investimento em infraestrutura, programas de treinamento e iniciação de pesquisa.

As iniciativas abrirão caminho para o reforço das capacidades forenses, contribuindo, em última análise, para um sistema de justiça mais eficaz e equitativo

Os países desenvolvidos têm uma longa história neste domínio, contam com instituições bem financiadas e quadros jurídicos abrangentes, assim como tecnologias avançadas, como análise de DNA e análise forense digital, que são mais facilmente acessíveis, e contribuem para a eficiência das investigações de crimes e da aplicação de justiça. A maior parte dos países europeus, EEUU, e outros países desenvolvidos têm bases de dados forenses robustas que facilitam a identificação de indivíduos.

Embora os desafios socioeconómicos e políticos do país persistam, as nações africanas estão a realizar progressos para melhorar as suas capacidades forenses. Ao investir em recursos, formação e colaboração, [8] pode melhorar as suas práticas de medicina forense e contribuir para o avanço global da justiça e do Estado de direito.

Em Cabo Verde, há escassez de patologistas qualificados, e formação específica. Também está limitada a perícia enquanto o acesso inexistente ou limitado a laboratórios avançados dificulta a obtenção da análise de evidências.

Na atualidade conta com o apoio e experiência nesta área de Portugal, pelo que os avances na Medicina Legal do país, pode desenvolver-se mais rapidamente, com apoio financeiro e a “expertise” de especialistas de outros países.

VIII. CONCLUSÃO

A presente dissertação tinha como objetivo apresentar o estado em que se encontra a Medicina Legal em Cabo Verde e a indicação das vantagens e de alguns contributos para a sua implementação e desenvolvimento.

Neste estudo podemos concluir que, mesmo já tendo sido por via legislativa criado, os principais desafios e constrangimentos para a efetivação e implementação de um Centro de Medicina Legal em Cabo Verde e de uma forma generalizada a todo o continente africano, são a falta de recursos financeiros e humanos, infraestruturas, educação, formação de quadros especialistas nesta área, e a incipiente aposta nas parcerias com organizações internacionais.

Acresce a estes aspetos, o facto de, não existir uma cultura política de sustentabilidade no funcionamento destes equipamentos, por parte dos decisores governamentais, que não são sensíveis à prática de parcerias com entidades privadas, mesmo locais, detentoras de instalações e meios como, clínicas/hospitais, centros de simulação/investigação ou mesmo indústria farmacêutica.

A aplicação de um marco legal e uma abordagem padronizada das investigações forenses e a recolha de provas, coloca desafios adicionais para garantir a credibilidade e a admissibilidade das conclusões em tribunal, pois faltam protocolos e diretrizes padronizados para as investigações nesta área.

O acesso limitado a equipamentos e instalações dificulta a capacidade de conduzir análises precisas e abrangentes. Para enfrentar estes desafios, estão a ser feitos esforços para melhorar a educação e a formação em medicina forense em Cabo Verde. É fundamental a contratação de profissionais forenses e o reforço de parcerias com organizações internacionais e países com expertise, são algumas das principais estratégias para criar infraestruturas precisas para implementar um Centro de Medicina Legal, e obter recursos adequados.

A medicina forense em África tem demonstrado um crescimento louvável nos últimos anos. Vários países criaram laboratórios e institutos forenses dedicados à investigação e análise forense. Estas instalações contribuíram significativamente para o exame de cenas de crimes, identificando recolha de restos mortais humanos e análise de provas como amostras de ADN, impressões digitais e balística. A integração de tecnologias e metodologias modernas aumentou a eficiência e a precisão das investigações forenses em África.[5]

O relacionamento e a partilha de conhecimentos entre países podem desempenhar um papel crucial na resposta a estes desafios e na promoção de uma medicina forense mais robusta.

Ao comparar o estado da medicina forense em África com o dos países desenvolvidos, certas disparidades tornam-se evidentes. As nações desenvolvidas têm normalmente investido mais fortemente em infraestruturas forenses, investigação e formação de profissionais.

O desenvolvimento da medicina forense em África revelou progressos promissores, mas ainda há trabalho a fazer para alcançar a paridade com as nações desenvolvidas. Ao abordar os desafios existentes e promover a colaboração entre os países africanos e os seus homólogos desenvolvidos, o campo da medicina forense pode continuar a evoluir e fornecer um apoio inestimável ao sistema judicial. Investimento contínuo em infraestrutura, programas de treinamento e iniciação de pesquisa. As iniciativas abrirão caminho para o reforço das capacidades forenses em África, contribuindo, em última análise, para um sistema de justiça mais eficaz e equitativo.

IX. AGRACECIMENTOS

Aos meus orientadores, Professores, Francisco Corte Real e Duarte Nuno Vieira, pela pronta disponibilidade, orientação e apoio, e nas suas pessoas agradeço à FMUC.

Aos meus país, José e Ana, por TUDO.

X. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. VIEIRA,D:N.- Forensic medicine and forensic sciences in Portugal.The Bulletin of Legal Medicine (Alli tip Bulteni), 14(1):40-70, 2009.
2. VIEIRA,D.N.- Forensic Medicine in Portugal. Bukhart Madea, Pekka Saukko (Eds)Forensic in Europe. Schimdt-Romhil, lubeck,pp 317-342, 2008.
3. VIEIRA,D.N.- La Medicine Légal au Portugal. Journal de Medicine Légale, Droit Médical, Victimologie, Dommage Corporel, 47(2-3):25-26, 2004.
4. VIEIRA,D.N.- Legal Medicine and Forensic System in Portugal. R.G. Beran(ed),Legal and Forensic Medicine. Springer- Verlag Berlin Heidelberg pp 571- 588, 2013
5. Damascene Nteziyayo, et al.Advancement and the existing landscape of forensic medicine in Africa: A comparison with developed countries. Forensic Science, Medicine and pathology.Springer.2024.<https://doi.org/10.1007/s12024-024-00789-5>
6. Heavey AL, Turbett GR, Houck MM, Lewis SW. Toward a common language for quality issues in forensic science. Wiley Interdisciplinary Reviews: Forensic Science. 2022;4(4):e1452.
7. Kraiger K, McLinden D, Casper WJ. Collaborative planning for training impact. Human Resource Management: Published in Cooperation with the School of Business Administration, The University of Michigan and in alliance with the Society of Human Resources Management. 2004;43(4):337–51.
8. Zhai W, Zhang N, Hua F. The development of forensic science standards in China. Forensic Sci Int Synerg. 2020;2:187–93. <https://doi.org/10.1016/j.fsisyn.2020.06.001>. Published 9 Jun 2020